

O ESPECTRO

*Admonet in somnis et turbida terret imago.
Horrido Espectro me atormenta em sonhos.*

Lisboa, 12 de fevereiro

Não ha duvida que rebentou a desordem no arraial dos filisteus. O ministerio envergonha-se de se declarar cabralista porque sabe que o paiz aborrece essa facção; o ex-barão do Casal proclama o esquecimento d'ella; mas ao mesmo tempo aproveitam as suas creaturas porque não tem outras; qua não ha em nossa terra tanto numero de almas vis que sejam sufficientes para montarem uma administração, como a que existe, fóra das fileiras d'aquelle bando immoral e corrupto.

Disputa-se ali sobre quem ha de pilhar mais —Embaixadas, governos civis, alfandegas, pastas; todos se julgam habilitado para tudo, todos se consideram com serviços para mais.

Nós podiamos folgar com a divisão; callal-a para a deixar progredir, alentar uns para lhes dar força contra os outros, e assistir de braços cruzados a esse pugilato de sordidez. Mas não queremos. Sobra-nos valor para debellar todos os inimigos da patria reunidos; e seria em nós uma cobardia indigna suppôr brios em quem os não tem, lisonjear uma facção para derribar outra, porque se são homens diversos teem todos a mesma alma, e essas facções podem pleitear entre si qual d'ellas é mais desprezível.

Não nos importam as questões de ambição — não queremos saber se o Sousa Azevedo arruinou o banco por 70:000\$000 ou se o arruinou de graça — basta que saibamos que o facto existe, que a concussão está provada, e que é preciso applicar a estes delapidadores as penas da lei.

Saldanha, Sousa Azevedo, Roma negociando com o paiz! Quem é que ignorava isso? Verdade é que temos agora uma *prova provada*, temos a confissão dos nossos adversarios.

E cumpre advertir que os accusadores cabralistas não são melhores que os seus accusados. Ah! damos para desengano a proclamação, que

a pandilha Cabral por ahi distribuiu aos centos. Eil-a :

«Que fazeis cartistas?—Dormis?—É tempo de accordar, e mais que tempo!

«Aonde vamos nós... Os septembristas pactuaram com os miguelistas; a guerra civil ganhou novas forças, e os ministros de Lisboa, ou engordam no somno da indolencia, ou tractam dos seus interesses!... É verdade que temos á frente da nossa causa o grande, o invicto Saldanha; porém que fazem os ministros de Lisboa? Tres não fazem nada, e o quarto —o Sousa Azevedo—gasta o tempo ou em negociar com o Roma para se enriquecerem ambos, e os seus amigalhões, ou em aguardar e executar os conselhos do seu patrono o infame duque de Palmella, ou em estorvar o bem que os seus collegas talvez quizessem fazer!...

«Não se paga a ninguem: no exercito falta tudo: os empregados morrem de fome: não se apromptam a tempo, e quando o Saldanha os pede, os regimentos e batalhões que devem ir engrossar o exercito: deixam-se fugir os presos, ou se lhes dá licença para viajar á custa do estado, ficando a vencer os ordenados: as notas estão a 30 por cento de perda, e o Roma e os seus socios a engordar com as lagrimas dos desgraçados: o Alentejo e o Algarve estão á mercê dos rebeldes: em fim o governo ou não faz o que devia fazer, ou faz como faria se fosse nosso inimigo!!!... E quem é o governo! — é o Sousa Azevedo, homem que em toda a sua vida não póde allegar um só titulo por onde mereça a nossa confiança!

«Quereis saber do que trata o Sousa Azevedo? Trata de malquistar o duque de Saldanha; trata de pôr obstaculos ao seu triunfo prompto e completo; trata de nos dominar e dominar o paço finda a guerra; trata de ajuntar dinheiro negociando com o Roma, a quem vendeu grande parte da fortuna do paiz por setenta contos, que o Roma lhe deu pelo infame e ruinoso con-

tracto de 19 de novembro; e trata agora de fazer approvar a medida absurda e tyrannica de um emprestimo forçado!! Um emprestimo forçado!...

«Que fazeis cartistas? Dormis? É tempo de accordar, e mais que tempo! Não somos vassallos de ninguem; somos cidadãos livres! Usemos pois dos nossos direitos constitucionaes. Dirijamo-nos ao throno, e a rainha nos acudirá: dirijamo-nos ao invicto marechal, e Saldanha nos salvará!

«Fóra o Sousa Azevedo!—Fóra o Roma!—fóra os agiotas!

«Nada de miguelistas! — nada de palmellistas!

«Haja pão e justiça!

«Viva a rainha!

«Morram os traidores!»

Temos boas noticias com as quaes podemos mimosear os bons e atormentar os ruins. Começemos pelo Norte.

Correm por ahí duas versões sobre o Minho. Conta-se de Valença estar occupada pelas forças populares e o ex-general Casal entallado pelos nossos sem ter para onde fugir; tambem se diz que aquelle traidor abalára de Vianna para Valença, aonde se acha encurralado á espera de quem o livre d'aquelles apertos.

Sentimos que aquelle paparrutão abandonasse Vianna, que tem um porto de mar e uma alfandega, que tanta conta lhe faziam, e na qual o limpo de mãos Sousa Azevedo esperava enterar boa somma de notas do banco para apanhar a prata e o ouro que giram n'aquellas boas terras do Minho.

Damos um alvitre que o governo d'aqui devia acceitar, porque sempre ouvimos dizer *do inimigo o conselho*. Era ordenar áquelle cabo de guerra que levasse consigo o porto e a alfandega para não ter de servir áquelles rebeldes do Porto. Quiçá elle o haverá feito, que é homem de muitas traças, e em manhas não ha quem o exceda.

Agora vamos para áquem Douro.

Ali em Aveiro, mesmo nas barbas do João Carlos Saldanha que fez d'Agueda a sua Capua, pregou-lhe uma pirraça o nosso amigo Mendes Leite tão pacato e tão sizudo parecia, com a qual o ex-duque carbonario, republicano, absolutista, beato e hypocrita, que tudo isso tem sido em diferentes tempos, certo que se ha de dar a perros. Foi o caso. N'uma bella manhã (que nem sabemos se era bella nem se não) desembarcou muito de mansinhos aquelle bravo moço com uns poucos dos seus, lá dos malhados do Porto, entrou na cidade, tomou todos os armamentos que ali havia, e que não eram poucos, chamou a si os dinheiros dos cofres publicos, que pertencem á nação que não ao Saldanha, aprisionou o filho do governador

civil Barreto Ferraz porque este havia tomado as de Villa Diogo, e abalou com este rico presente para a cidade invicta ficando os contrarios admirados de tanto valor e galhardia, e os nossos soberbos com aquelle feito.

Fallaremos agora das duas Beiras.

Aqui o velho general Povoas com esforçados populares do seu commando tem dado que fazer ás legiões pretorianas, e é mister confessar que ou os terços nacionaes são numerosos, ou a estrategia do seu general é superior á d'aquelles que o perseguem, e que lhe andam ha tanto tempo a armar laço sem que o possam apanhar n'elle.

A verdade é que a gazeta o dá em vespuras de ser pillhado, mas isto não tem outro fim mais do que desejar fazer esquecida aquella boa facção de Alcacer, em que os nossos bravos de Evora levaram de rota batida toda a columna do ex-major Ilhareo, o qual até aqui era para os seus um gran laverco, e agora o mettem no rol dos insignificantes, que é a sorte de todos os infelizes.

E aqui vem a pelo rectificarmos um facto, ou pelo menos não dar como averiguado o haver sido o tenente coronel Galamba o commandante das forças populares em Alcacer. Dizem uns que fôra o bravo official Joaquim Mendes Neutel quem mandára e traçára o plano; dizem outros que fôra o Batalha. Quer fosse um, quer fosse o outro, a historia ha de fazer justiça a todos; que cada um d'elles é d'animo tão valeroso e esforçado que era para aquillo e para muito mais.

Mas como iamos escrevendo, a gazeta é como o pobre rapaz que vae cantarolando ou de noute ou pelo ermo para espalhar o medo que o tranze. Ahí aconselha ella hoje aos malhados a que fujam do Porto, porque se não... se não foge ella e mais o seu Saldanha, e mais o Dietz, e mais os outros conspiradores grandes e pequenos que levaram o reino a este apuro.

Tambem corre que o João Saldanha mandára chamar a toda a pressa as forças que tinha na Beira. A qual cousa dá em que pensar aos sabedores das cousas da guerra, aos que parece ser isto em consequencia de haver causado o general Povoas grandes revezes nas tropas do cabecilha barão da Solla, que dizem já fôra censurado pelo seu maioral.

No Alemtejo tudo corre ás mil maravilhas. Diz-se o Shwalback se safára a toda a pressa de Arrayollos para se metter em Elvas como soubera do desastre da sua ala direita; e tambem se diz que o barão da Foz o ia substituir, pois que não póde commandar o homem que teme revoltar-se a sua tropa, e escreve ao governo verdades tão amargas e tão duras como as de que o povo o repulsa por toda a parte.

O que passa na verdade é que não chega ao governo um só postilhão, que todos lhe são interceptados, chamando a gazeta a isto menos

boa fé e lealdade nos nossos como se os d'elles deixassem transitar livremente os nossos populares, e não os agarrassem e tratassem como se fossem cães damnados.

Na côrte o honrado Sousa Azevedo tem na sua mão a signado o decreto da revogação das duas decimas nos juros da divida externa, mas não o quer publicar em quanto certo cavalheiro, que nós conhecemos, lhe não dá o preço ajustado, porque, diz elle, e d'esta vez com razão, *não quer vender o paiz de graça.*

A agiotagem anda afflicta: quer justificar-se e não pôde. Combatida por toda a parte já profere com voz esmorida o *penitet me.*

De que serve tanta lamuria? Ainda se o arrependimento fosse verdadeiro! Mas não é senão simulado.

Accusa-se a direcção do banco, e ella defende-se. Mas como? A sua defeza é a sua condemnação. Vamos examinar as suas razões, e veremos o que se deprehe de *entre os autos* na frase parlamentar do sr. Laborim (o coruscante).

A opposição accusa o banco, e o banco accusa a opposição. O *Diario* disse em 5 do corrente:

«Não entraremos agora no exame das causas do grande agio das notas: diremos unicamente se pense no estado financeiro do paiz em outubro ultimo—nas quantias de notas que o banco depois emittiu para auxiliar o governo—na guerra civil que desde então soffremos—no terror que inspirava só a mais remota idéa de que poderiam vencer os homens da banca—rota, etc., etc., etc.

No mesmo dia escrevia o *Diario* «que o banco havia negado ao ministerio passado os auxilios que pedira por lhe fazer a guerra, e que concorrera para a contra-revolução; que o supprimento de 300 contos, dado logo depois do dia 6 de outubro, fôra um apoio poderosissimo ao governo cabralista; e que este era o caminho unico porque os accionistas podiam chegar á salvação d'uma parte de suas fortunas; porque elles bem viam aonde pretendiam levar os publicistas, cujos órgãos se ouviam na calçada do Sacramento.»

Por esta doutrina se vê que o banco se tornou faccioso. Negou a um ministerio o que concedeu ao outro. Disse á administração liberal que o empréstimo depreciava as notas e augmentava os apuros do estabelecimento; e d'ahi a dias esqueceu-se d'esta razões, e foi emittir mais 600 contos de notas, cuja emissão confessa agora ter augmentado o agio, e por conseguinte a desgraça publica!

Pois bem. As facções punem-se. E que remediou o banco com as suas espertezas? Que ga-

nhou em promover a contra-revolução? As suas acções desceram, o agio das suas notas augmentou, os seus apuros multiplicaram-se!

Assim o banco ligou a sua sorte á do governo, e comprometteu por este modo os seus proprios interesses.

No *Diario* de 8 o banco nega especular com a depreciação das notas. Nega, mas não prova, porque não contradiz testemunhos insupezitos. E depois accrescenta: «Tem havido quem accuse fortemente o banco de empregar moeda metalica em tirar notas do mercado. Oxalá que o banco podesse fazer esta operação em larga escala, não por interesse seu, mas por interesse publico.» Na verdade o publico deveria agradecer a dedicação se o banco trocasse legalmente as suas notas; mas o banco especula de outro modo—o banco empresta as notas ao governo, e depois põe dinheiro nos cambistas para comprar as notas quando lhe convém fazer descer o agio. Porque não dá elle dez pintos por cada uma? Porque não faz no banco essa tranquillibria que manda fazer pelos seus agentes?

Agora quereis saber a quem se devem os apuros do banco? Ovi o mesmo *Diario* de 8. Diz elle:

«Os accionistas do banco de Lisboa e da companhia confiança nacional entregaram os seus cabedaes ao estado; e entregaram-lhe até grandes sommas pertencentes a particulares tomadas a juro por notas promissorias. Mas de treze mil contos como se diz no relatorio que precedeu o decreto de 19 de novembro, deve o estado a esses accionistas. A fóra dous mil e tantos contos que pertencem a uma época mais antiga, tudo são quantias dadas para despesas publicas desde 1835. Mais de nove mil contos (note-se bem) foram entregues desde os fins de 1844, para satisfazer dividas, ou applicar a despesas correntes. Mais de 3:600 contos recebeu o governo em dinheiro desde o principio de 1845 até maio de 1846.» (!!!!!)

Á vista d'esta confissão ingenua poderá attribuir-se ás administrações liberaes o embaraço do banco? Não foi a revolução do Minho quem creou a crise, foi a imprudencia do banco entregando ao Costa Cabral a fortuna dos seus accionistas e a dos particulares! Mais de 9 mil contos desde os fins de 1844! Mais de 3:600 desde principios de 45 até maio de 1846! Por isso é que em outubro o estado financeiro era lastimoso.

Ahi está quem arruinou o banco! Eis ahi a administração que o banco apoiou! E para a tornar a levantar é que negou soccorros ao ministerio popular!

E nós temos dó dos accionistas, assim como do publico. Nem uns nem outros são culpados; mas essa direcção ambiciosa e insensata, essa direcção facciosa é quem comprometteu a for-

tuna de tantas familias, é quem arriscou a subsistencia de milhares de pessoas. A imprensa progressista clamou, e parece que clamava no deserto argumentavam-lhe com o dividendo!

Mas o publico que dividiu? Esse dividiu o descredito—divide as notas depreciadas que o banco devia pagar e não pagou.

Temos dó dos accionistas, mas não temos dó d'aquelles que metteram lá as suas acções, e retiraram o bom metal. Esses alicantineiros foram os que entregaram ao governo os heveres dos outros e salvaram os seus—contra esses é que nós bradamos, porque eram esses os que preponderavam n'aquelle desgraçado estabelecimento. Os accionistas honrados foram vencidos pelos agiotas.

Em vão tenta levantar-se esse esqueleto; em vão tenta fazer ou contrahir empréstimos. Que garantia offerece para elles? A divida do thesouro? Ninguem lhe dá cinco réis por ella. E comtudo essa divida mal parada é todo o haver do banco.

Não continuamos porque só quizemos notar ao banco a debilidade da sua defeza, e avisallo de que é melhor para a sua causa guardar silencio do que fazer accusações que podem desafiar represalias terriveis.

PARTE OFFICIAL

GUERRA

A junta provisoria do governo supremo do reino tendo em consideração os importantissimos serviços, que o marechal de campo, Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Povoas tem prestado á sua patria, e que identificado com os principios do systema representativo, aos direitos da dynastia reinante, não tem poupado esforços, e sacrificios para o restabelecimento da tranquillidade publica, empregando effizamente a sua alta influencia no patriotico desenvolvimento do pronunciamento nacional; e outrossim confirmando-se com a proposta do marechal conde das Antas, commandante em chefe do exercito de operações, promove-o ao posto de tenente general effectivo.

Palacio da junta provisoria do governo supremo do reino no Porto em 3 de janeiro de 1847 — *José da Silva Passos*, vice-presidente — *Justino Ferreira Pinto Basto* — *Francisco de Paula Lobo d'Avila* — *Antonio Luiz de Seabra* — *Sebastião d'Almeida e Brito*.

A junta provisoria do governo supremo do reino attendendo ao patriotismo e merecimento do tenente general Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Povoas, nomeia-o em nome da nação e da rainha commandante militar das duas Beiras, para d'accordo com as auctoridades civis operar contra as forças inimigas, empregando todos os meios ao seu alcance para o triumpho da causa nacional.

Palacio da junta provisoria do governo supremo do reino 9 de janeiro de 1847. — *Conde das Antas*, presidente — *José da Silva Passos*, vice-presidente — *Justino Ferreira Pinto Basto* — *Antonio Luiz de Seabra* — *Francisco de Paula Lobo d'Avila* — *Sebastião d'Almeida e Brito*.

Querendo a junta provisoria do governo supremo do reino, prover á subsistencia das familias dos valentes officiaes e praças de pret da divisão do tenente general conde do Bomfim, que foram prisioneiros na batalha de Torres Vedras; determina em nome da nação e da rainha, o seguinte:

1.º As mulheres dos officiaes que ficaram prisioneiros na batalha de Torres Vedras, receberão uma prestação mensal de doze mil réis, a contar do 1.º do corrente em diante, e continuarão a perceber-a até que seus maridos sejam postos em liberdade.

2.º Similhantermente todas as mulheres das praças de pret perceberão sessenta réis diarios em quanto seus maridos estiverem em poder do inimigo na qualidade de prisioneiros de guerra. — Palacio da junta provisoria do governo supremo do reino no Porto, 11 de janeiro de 1847. — *Conde das Antas*, presidente — *José da Silva Passos*, vice-presidente — *Francisco de Paula Lobo d'Avila* — *Justino Ferreira Pinto Basto* — *Sebastião d'Almeida e Brito* — *Antonio Luiz de Seabra*.

Á ÚLTIMA HORA

Diz-se que o Shwalback é demittido do commando—que a indisciplina lavra nas forças cabralistas do Alemtejo, e que a causa ministerial está muito tranzida.